**José Inácio Faria (ALDE).** – Senhor Presidente, Senhor Comissário, Caros Colegas, a maior parte dos países europeus estão confrontados, hoje em dia, com graves problemas de qualidade do ar, nomeadamente nas cidades onde se verifica uma maior densidade de tráfego rodoviário. É também nos centros urbanos que vivem e trabalham a maior parte dos cidadãos europeus, que ficam dessa forma expostos às nefastas consequências da poluição atmosférica, a qual constitui uma verdadeira ameaça à saúde pública.

De acordo com dados deste ano da Agência Europeia do Ambiente, mais de 70 mil pessoas morrem prematuramente na União Europeia como consequência dos elevados níveis de óxido nítrico na atmosfera. Sabemos também que o trânsito rodoviário e em especial os motores *diesel* são as fontes predominantes destes gases nas zonas urbanas.

Perante as dificuldades dos municípios em travar o problema da qualidade do ar, a que assistimos, nós, a nível da política europeia? Assistimos a uma Comissão Europeia que, no mínimo, se pode qualificar de omissa, inoperante e disfuncional. Esta aparece aos olhos do cidadão europeu como refém de uma pretensa e ilusória competitividade industrial que é procurada de forma desonesta e batoteira por parte de alguns grandes operadores da indústria automóvel.

Sem dúvida, a competitividade industrial é um objetivo pelo qual nos devemos bater. Mas será, sem dúvida, desta forma que a conseguiremos?

Apostemos antes na inovação tecnológica, procuremos responder às necessidades dos cidadãos de melhor qualidade de vida nas cidades, apostemos em transportes urbanos mais sustentáveis e mais eficientes, apostemos nas renováveis e na mobilidade elétrica mais limpa e mais barata, e ponhamos os olhos naquilo que outros, nossos concorrentes, estão a fazer neste momento.

É vergonhoso que não tenhamos sido capazes de detetar e atuar sobre a fraude das emissões de combustíveis e que outros o tenham feito por nós. Olhemos também para a forma expedita como os americanos assacaram responsabilidades e tomaram medidas para assegurar a defesa dos legítimos interesses dos consumidores.

Importa que a comissão de inquérito seja capaz de repor a verdade sobre todo este processo. O mínimo que se pode exigir por parte da Comissão Europeia é que seja diligente na sua cooperação com o Parlamento no apuramento da verdade.

Interessa, acima de tudo, saber o que vai mudar para assegurar de forma eficaz a fiscalização e a implementação da legislação europeia. Devemos colocar os cidadãos em primeiro lugar, mas não foi isso que vimos durante este processo. Não é esta a Europa que queremos construir.